

POLÍTICAS DE PARCERIA ENTRE ÓRGÃOS PÚBLICOS, INSTITUIÇÕES DE PESQUISAS E SOCIEDADE CIVIL DEVEM BUSCAR NOVOS CAMINHOS PARA A PESCA E AQUICULTURA NO BRASIL

Emerson Carlos SOARES

Curso de Engenharia de Pesca, Universidade Federal de Alagoas-UFAL

e-mail: soaemerson@gmail.com

Resumo - A pesca e aquicultura Brasileira têm um grande desafio: aumentar o número de cultivos e ordenar a pesca, com intuito de maximizar a produção sem esquecer os preceitos de desenvolvimento sustentável. É possível que isto venha acontecer, caso as políticas públicas, parcerias institucionais em conjunto com a sociedade, sejam prioridades nas tomadas de decisões, além de que, este setor seja tratado realmente como um agronegócio que traz benefícios sociais, econômicos e ambientais.

Palavras-chave: pesca, aquicultura, políticas públicas, parceria institucional.

SOBRE AS POLÍTICAS

Nestes últimos anos, a pesca e aquicultura no Brasil conseguiram lugar de destaque nas políticas públicas na esfera federal e estadual. Entretanto os caminhos seguidos para atingir a sustentabilidade deste setor são longínquos e sinuosos como os rios que muitas vezes alimentam nossas extensas bacias hidrográficas. Será que é preciso ocorrer inúmeros fracassos com o setor pesqueiro frutos de políticas mal direcionadas, para que nós percebamos a nossa incapacidade de lidar com recursos tão importantes?

Em inúmeras discussões e reuniões aos quais representantes de uma série de instituições e atores envolvidos com os recursos pesqueiros se fazem cada vez mais presentes e com a criação do Ministério da Pesca e Aquicultura, este setor, antes esquecido, começa a apresentar os primeiros sinais de mobilização e articulação, para que políticas corretas sejam implementadas. Fatores preponderantes para a pesca e aquicultura devem ser considerados como, por exemplo, as peculiaridades de cada região em todos os elos da cadeia produtiva, as parcerias entre instituições envolvidas diretamente com a pesca e aquicultura, indicando os principais gargalos e possíveis soluções e acordos. Tais procedimentos adotados podem gerar modelos interessantes para a gestão participativa dos recursos pesqueiros, desde que haja comprometimento e continuidade das ações.

A chave para que a pesca e aquicultura atinja seus objetivos de desenvolvimento sustentável, parte da premissa que o fomento e o crédito, assistência técnica, ordenamento pesqueiro e apoio a comercialização do pescado, estejam interligados e que cada ator envolvido nos diferentes elos da cadeia produtiva seja co-responsável pelo bom andamento e implementação das ações definidas como prioritárias.

Dentro desta reflexão, as principais dificuldades encontradas na área de investimentos e unidades de produção para a pesca são decorrentes do grande número de embarcações irregulares e a necessidade de reformas das embarcações, além do financiamento de pequenas unidades de frigorificação. Na área de produção e oferta de insumos observa-se a necessidade de ordenamento e disponibilidade de crédito para o segmento pesqueiro. O grupo de pós-produção relata problemas como ausência de estoques reguladores (oscilação no preço do pescado), e deficiência nas estruturas de armazenamento, distribuição e comercialização do pescado.

No entanto, as possíveis soluções encontradas para estes entraves devem ser buscadas através da parceria e cooperação técnica para estruturação do setor. Com a criação de linhas de crédito automática e específica, campanhas de regularização de embarcações, financiamento de pequenas unidades frigoríficas, reivindicação da inclusão do pescado nas políticas de preços mínimos do governo federal e instalações de feiras-modelos dentro das normas de beneficiamento de pescado, acredita-se que a pesca possa ostentar lugar de destaque na economia regional e nacional.

Quanto à aquicultura é possível identificar que o aumento da produção em cultivos intensivos depende da agilidade da licença ambiental, melhoria nos preços dos insumos (ingredientes das rações com valores elevados), parceria entre governo e setor privado para aumentar a produção de juvenis e a reunião dos resultados das pesquisas sobre cultivo em uma única base de dados. No grupo de investimentos e unidades de produção, os principais gargalos se refletem no excesso de burocracia que geram altos custos de produção e das despesas pré-projeto. As dificuldades aglomeram-se quando na fase final, na comercialização ou pós-produção, a morosidade na emissão das guias de transporte e comercialização, as taxas de licenciamento e a desinformação quanto à questão ambiental, agravam o desenvolvimento deste setor.

Em termos técnicos, as ações previstas por vários atores, vislumbrando o desenvolvimento da pesca e aquicultura estão focadas na gestão de uso dos recursos pesqueiros e visam atenuar os conflitos e propor soluções para que haja o entendimento entre instituições financiadoras, instituições de pesquisa, instituições de fomento e desenvolvimento, órgãos de licenciamento e ambientais, órgãos de assistência técnica e entidades de classe, com o intuito de servir de referencial para as águas que dão lucro, e, assim, gerar rentabilidade para este setor produtivo, de forma que tenhamos o tão sonhado milagre da geração de renda e emprego alcançando o patamar de sustentabilidade para as diversas regiões do nosso país. Infelizmente, se as atividades aquícolas não forem tratadas com profissionalismo, parceria, seriedade e maturidade, negligenciadas ao longo dos anos, de nada adiantarão os esforços de todos, pois prevalecerá o amadorismo de políticas cansadas e repetitivas.